

**Mídia e Legislativo: a cobertura da Assembléia Legislativa do Paraná  
(1999-2003)**

**Mario Fuks<sup>\*</sup>  
Emerson Urizzi Cervi<sup>\*\*</sup>**

Trabalho a ser apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT "Mídia, Política e Opinião Pública", 25 a 29 de outubro de 2005, Caxambu.

---

<sup>\*</sup> Professor do departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>\*\*</sup> Doutorando do Instituto Universitário do Rio de Janeiro (IUPERJ).

## INTRODUÇÃO

A cobertura da política por parte da mídia impressa tem recebido alguma atenção por parte dos pesquisadores brasileiros que estudam campanha eleitoral<sup>1</sup>. O mesmo não pode ser dito a respeito da cobertura das instituições políticas nos interstícios eleitorais<sup>2</sup>.

Esse trabalho analisa a cobertura do jornal *A Gazeta do Povo* ao longo da 14ª legislatura da Assembléia Legislativa do Paraná (1999-2003)<sup>3</sup> com objetivo de explorar, de forma preliminar, algumas possibilidades de um estudo sobre a cobertura do comportamento parlamentar. Além disso, pesquisas dessa natureza criam condições para a realização de um interessante trabalho comparativo entre cobertura da política em momentos eleitorais e o comportamento político cotidiano.

A pesquisa centrada na cobertura do comportamento parlamentar traz questões de natureza distinta daquelas associadas à cobertura eleitoral. A questão central deixa de ser a da relação entre a competição e a cobertura política, especialmente no sentido do impacto desta sobre os resultados eleitorais. Adquire destaque, nesse caso, uma questão de ordem mais normativa, relativa ao papel informativo da mídia no contexto do regime democrático, no sentido de contribuir para a *accountability* (Douglas, 2004) dos representantes, por meio de uma cobertura que informe o eleitor “o que” o seu representante está fazendo.

O texto divide-se em três partes principais. Na primeira, apresentamos dados referentes ao volume da cobertura da *Gazeta*, revelando o destaque que ela conferiu ao comportamento parlamentar e à Assembléia Legislativa do Paraná Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP). A segunda seção é dedicada à análise da visibilidade dos atores, com ênfase na hipótese de que há uma relação direta entre o peso institucional do parlamentar e a sua visibilidade na mídia impressa. Na terceira seção, tratamos do que chamamos de “qualidade da cobertura”, levando em consideração,

---

<sup>1</sup> Exemplo disso foi a iniciativa do Grupo de Trabalho Mídia, Opinião Pública e Eleições, no XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1999, de constituir uma rede nacional de pesquisa tendo como objetivo a construção de um banco de dados para a comparação e a análise dos processos políticos nas diferentes regiões do País. Resultados parciais desse esforço encontram-se em Carvalho (2003).

<sup>2</sup> Cabe, aqui, registrar algumas exceções, como o trabalho da Vera Chaia (2000) sobre a Câmara Municipal Paulista e aquele realizado por Vladimyr Lombardo Jorge (2003) sobre a cobertura do Congresso Nacional pela mídia impressa.

<sup>3</sup> O período coberto pela nossa pesquisa inicia-se no dia 01/02/1999 e termina no dia 31/12/2002.

entre outros fatores, se a cobertura da *Gazeta*, de forma predominante, refere-se ao processo decisório, retrata controvérsia e é abrangente em termos da variedade de atores citados. Por último, analisamos a agenda da mídia na cobertura da 14ª legislatura da ALEP.

## 1. VOLUME DA COBERTURA

A cobertura que o jornal *Gazeta do Povo* fez da Assembléia Legislativa e dos deputados estaduais do Paraná entre 1999 e 2002 totalizou 9.848 entradas. Considerando apenas os dias em que houve pelo menos uma entrada no jornal sobre os deputados estaduais, a média diária foi de 5,02 entradas, como é possível ver na tabela abaixo.

TABELA 1 – RESULTADOS GERAIS DA COBERTURA

Média	5,02
Desvio Padrão	3,54
Mínimo	1
Máximo	31
N Válidos	9848

Apesar de pequena em termos de espaço, a cobertura foi bem distribuída ao longo dos oito semestres da legislatura. Cada semestre representou no mínimo 9,2% ao máximo de 14,6% da cobertura, não sendo possível identificar nenhum momento privilegiado ou de maior atenção do jornal em relação à Assembléia, quando se observa a distribuição semestral da cobertura, conforme a tabela abaixo.

A partir do total de centímetros quadrados ocupados nas páginas do jornal com temas relacionados aos deputados estaduais durante todo o período (616.670 cm<sup>2</sup>), pode-se concluir que durante os quatro anos da legislatura, o jornal dedicou o equivalente a 399,13<sup>4</sup> páginas para a cobertura da 14ª legislatura e da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) e demais temas relacionados aos deputados estaduais. Isso representa, em média, 0,28 página por dia de cobertura, ou um pouco mais de ¼

---

<sup>4</sup> Considerando o tamanho utilizado de uma página de jornal Standard (1545 cm<sup>2</sup>).

de página, em média, se fossem agrupadas todas as entradas do mesmo dia em um único espaço do jornal.

Ao compararmos com a cobertura da Gazeta das campanhas eleitorais municipais do ano 2000 (Fuks & Cervi 2003), verificamos que a cobertura da política em tempos eleitorais é, ao menos, duas vezes mais volumosa do que a cobertura do cotidiano da política parlamentar<sup>5</sup>. Na cobertura eleitoral para a disputa ao Governo do Estado de 2002, durante os meses de abril a outubro, o volume de matérias foi ainda maior, tendo os candidatos uma média de 16,67 entradas por dia<sup>6</sup>. Esta cobertura eleitoral aproxima-se da média destinada pelos jornais de circulação nacional, como pode ser percebido na comparação com O Estado de São Paulo, que, na cobertura para a eleição de presidente da república no mesmo ano publicou uma média de 16,06 matérias por dia (Emerson, 2003). Esses dados mostram que a cobertura que *Gazeta do Povo* oferece aos leitores durante os períodos eleitorais é bem mais significativa do que a cobertura tradicional da ALEP pelo mesmo jornal.

Com relação ao tamanho das entradas<sup>7</sup>, a média das matérias que incluía o nome de pelo menos um deputado estadual ficou em 62,78 cm<sup>2</sup>. O menor tamanho de entrada foi de 4 cm<sup>2</sup> e o maior tamanho foi de 935 cm<sup>2</sup>. Essa entrada representa mais de ¾ de página. Já a média das entradas envolvendo deputados representa apenas 4,06% da área utilizada da página do jornal.

Isso significa que a cobertura da *Gazeta do Povo* sobre os deputados estaduais, no que diz respeito ao espaço ocupado, foi fragmentada. Devemos considerar, no entanto, que a metodologia aplicada pela nossa pesquisa acentuou essa fragmentação, na medida em que, no caso da coluna assinada, a unidade de entrada no nosso banco de dados não foi a matéria como um todo, mas as suas subdivisões internas. Se excluirmos as colunas, a média de tamanho por matéria quase triplica, subindo para 154,12 cm<sup>2</sup>. Ao excluir as colunas, percebemos outro efeito da fragmentação das colunas no nosso banco de dados: a média de matérias por dia cai, drasticamente, de 5,02 para 1,70.

---

<sup>5</sup> A cobertura das campanhas eleitorais de 2000 ocupou, praticamente, quatro meses (01/07/2000 a 29/10/2000), tendo um volume total de 104.282,3 cm<sup>2</sup> e uma média diária de páginas de 0.59.

<sup>6</sup> Fonte: banco de dados do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política da UFPR.

<sup>7</sup> Excluindo 25 entradas em que não foram anotados os tamanhos.

TABELA 2 - CM<sup>2</sup> POR ENTRADA GERAL

		TAMANHO
N	Válidos	9823
	Sem informação	25
Média		62,78
Mínimo		4
Máximo		935
Soma		616.670

Uma primeira análise do volume por formato matéria indica o predomínio, na cobertura da *Gazeta*, as colunas assinadas. Afinal, elas representam três quartos (74,5%) do total do número de matérias dedicadas à cobertura dos deputados. O segundo formado em número de entradas é o de reportagens, com 23,8% do total, ou seja, de cada quatro matérias em que há citação a deputados na *Gazeta do Povo*, três são em colunas assinadas e apenas uma em reportagens jornalísticas.

TAB. 3 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMATOS JORNALÍSTICOS NA COBERTURA

FORMATO					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	reportagem	2347	23,8	23,8	23,8
	artigo assinado	20	,2	,2	24,0
	editorial	4	,0	,0	24,1
	nota em coluna assinada	7332	74,5	74,5	98,5
	chamada de primeira página	145	1,5	1,5	100,0
	Total	9848	100,0	100,0	

Mas, tendo como fonte o nosso banco de dados, o número de matérias não é um bom indicador do volume da cobertura da *Gazeta do Povo* da 14<sup>a</sup> legislatura da ALEP. Isso porque, como já observamos, o nosso banco segmentou as colunas em termos de suas divisões internas, refletindo a mudança temática. Seguindo esse procedimento, o número de entradas com o formato “coluna” em nosso banco é bem superior ao número real de colunas da cobertura da *Gazeta*. Como vimos acima, o volume medido em termos de cm<sup>2</sup> da cobertura nos apresenta um quadro mais realista, com a soma do tamanho das entradas que tem o formato “coluna” representando apenas um pouco mais de um terço do tamanho de toda a cobertura.

Em conjunto, esses dados (número e tamanho das matérias) indicam um equilíbrio entre as matérias opinativas e aquelas que se propõem a descrever os fatos e eventos políticos. Uma primeira conclusão é a de que a cobertura da *Gazeta* resume-se, basicamente, a dois tipos de matérias, a coluna assinada e a reportagem, sobrando pouco espaço para os outros tipos, como o editorial e o artigo assinado.

O espaço mais privilegiado do jornal no que diz respeito à visibilidade do conteúdo, que é a primeira página, não é, freqüentemente, ocupado por temas relacionados à ALEP. Apenas 1,5% do total da cobertura que a *Gazeta* fez dos deputados foi apresentado na primeira página do jornal. Em número de entradas, isso representa 148 chamadas de primeira página com a citação de um deputado durante os quatro anos da legislatura. Em termos de espaço, isso totaliza 9.250 cm<sup>2</sup>, ou, em média, 62 cm<sup>2</sup> (24% da página) por chamada de primeira página sobre a Assembléia.

Apesar do pequeno número de chamadas, a média do espaço na primeira página é representativa, ou seja, quando surgem, os deputados ocupam espaço significativo, de quase um quarto de página em média.

## 2. VISIBILIDADE

Ainda que reduzida em sua dimensão, seria a cobertura da 14<sup>a</sup> legislatura da ALEP distribuída de forma homogênea entre 62 deputados estaduais citados<sup>8</sup> pela *Gazeta do Povo*? A resposta é negativa, pois, no pequeno espaço dedicado ao comportamento parlamentar ao longo desse período, a visibilidade parlamentar tende a se concentrar num número bastante restrito de deputados. Os dez deputados estaduais mais citados ocupam a metade (50,2%) da cobertura da *Gazeta*.

O deputado estadual mais citado pela *Gazeta do Povo* durante o período analisado foi Hermas Brandão, com 8,5% das entradas válidas. Em segundo lugar aparecem os deputados Ângelo Vanhoni e Valdir Rossoni, com 5,8% de aparições cada um. Depois vêm Tony Garcia e Durval Amaral (líder do Governo), com 5,3%, Nelson Justus, com 5,2% e Algaci Túlio com 4,3% das aparições.

---

<sup>8</sup> Foram eleitos para a Legislatura em análise 54 deputados, porém, durante os quatro anos de mandato, outros oito suplentes assumiram as vagas deixadas por parlamentares que se licenciaram para ocupar cargos no poder executivo ou renunciaram ao mandato para assumir prefeituras após as eleições municipais no meio do mandato legislativo estadual.

Curioso é o fato do deputado Aníbal Khury (presidente da ALEP) ter cumprido apenas seis meses do mandato (ele faleceu em agosto de 1999) e mesmo assim ele surge em 4,1% do total de aparições em todo o mandato, com 559 citações de seu nome no jornal. Todos os demais deputados, que cumpriram os quatro anos de mandato, foram menos citados que Aníbal Khury. Esse parece ser um típico caso em que o exercício da “influência pessoal” está acima da posição institucional<sup>9</sup>. Até o seu falecimento, o deputado Aníbal Khury era um dos parlamentares mais antigos da ALEP, tendo sido eleito deputado estadual pela primeira vez nos anos 50. Desde então ficou fora da assembleia apenas em alguns anos da década de 70, quando teve seu mandato cassado durante a vigência do regime militar. Nos anos 80 voltou para a assembleia, tornando-se presidente reeleito várias vezes até o final dos anos 90.

---

<sup>9</sup> Embora não de forma excludente, pois o deputado Aníbal Khury ocupou, até a data do seu falecimento, a presidência da ALEP na 14ª legislatura.

TABELA 4 – APARIÇÃO DOS DEPUTADOS NA COBERTURA

		nome do ator			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Hermas Brandão	1157	7,1	8,5	8,5
	Ángelo Vanhoni	794	4,8	5,8	14,3
	Valdir Rossoni	793	4,8	5,8	20,1
	Tony Garcia	728	4,4	5,3	25,5
	Durval Amaral	725	4,4	5,3	30,8
	Nelson Justus	704	4,3	5,2	35,9
	Algaci Túlio	587	3,6	4,3	40,2
	Anibal Khury	559	3,4	4,1	44,3
	Caíto Quintana	413	2,5	3,0	47,4
	Orlando Pessuti	394	2,4	2,9	50,2
	Nereu Moura	385	2,3	2,8	53,1
	Ricardo Chab	317	1,9	2,3	55,4
	Beto Richa	301	1,8	2,2	57,6
	Irineu Colombo	255	1,6	1,9	59,5
	Plauto Miró	250	1,5	1,8	61,3
	Neivo Beraldin	244	1,5	1,8	63,1
	Marcos Isfer	242	1,5	1,8	64,9
	Geraldo Cartário	231	1,4	1,7	66,6
	Cezar Silvestri	221	1,3	1,6	68,2
	Ademar Traiano	219	1,3	1,6	69,8
	José Maria Ferreira	214	1,3	1,6	71,3
	Waldir Pugliesi	186	1,1	1,4	72,7
	Braz Palma	173	1,1	1,3	74,0
	Carlos Simões	158	1,0	1,2	75,1
	Moisés Leônidas	152	,9	1,1	76,2
	Luiz Carlos Martins	151	,9	1,1	77,4
	Edson Paczyk	150	,9	1,1	78,5
	Fernando Ribas Carli	149	,9	1,1	79,5
	Antonio Belinati	143	,9	1,0	80,6
	Basilio Zanusso	131	,8	1,0	81,6
	Augustinho Zucchi	128	,8	,9	82,5
	Sérgio Spada	128	,8	,9	83,4
	Alborghetti	127	,8	,9	84,4
	Tiago Amorin	123	,8	,9	85,3
	Cesar Seleme	122	,7	,9	86,2
	Luiz Accorsi	120	,7	,9	87,0
	Edgar Bueno	110	,7	,8	87,8
	Luiz C. Zuk	106	,6	,8	88,6
	Étio Rusch	99	,6	,7	89,3
	Ricardo Maia	96	,6	,7	90,1
	Hidezaku Takayama	92	,6	,7	90,7
	Antonio Baratter	89	,5	,7	91,4
	Luiz Fernandes (Litro)	86	,5	,6	92,0
	Antonio Annibell	85	,5	,6	92,6
	Serafina Carrilho	83	,5	,6	93,2
	Chico Noroeste	76	,5	,6	93,8
	Nelson Tureck	75	,5	,5	94,3
	Edson Strapasson	72	,4	,5	94,9
	Edno Guimarães	68	,4	,5	95,4
	Nelson Garcia	67	,4	,5	95,9
	Duílio Genari	65	,4	,5	96,3
	Cleiton Kielse	57	,3	,4	96,8
	Miltinho Pupio	56	,3	,4	97,2
	Hermes Fonseca	54	,3	,4	97,6
	Péricles Mello	51	,3	,4	97,9
	Eli Guellere	50	,3	,4	98,3
	Custódio da Silva	49	,3	,4	98,7
	Renato Gaúcho	49	,3	,4	99,0
	Luciana Rafagnin	46	,3	,3	99,4
	Ademir Bier	33	,2	,2	99,6
	Albanor Gomes	27	,2	,2	99,8
	Fernando Guimarães	27	,2	,2	100,0
	Total	13642	83,3	100,0	
Missing	System	2741	16,7		
Total		16383	100,0		



Todos esses deputados com alta visibilidade na mídia têm também posição de destaque na 14ª legislatura<sup>10</sup>, como presidentes da ALEP (Hermas Brandão, Nelson Justos e Aníbal Khury), como presidentes de comissão (Ângelo Vanhoni e Algaci Túlio), como candidato ou pré-candidato à prefeitura de Curitiba (Ângelo Vanhoni), como lideranças do governo (Valdir Rossoni e Durval Amaral) ou de outros partidos políticos (Tony Garcia). Será então verdadeira a tese de que a visibilidade dos deputados na mídia corresponde a sua visibilidade política na ALEP? Em outras palavras, em que medida o peso institucional do parlamentar se converte em visibilidade pública mediada pela mídia impressa (Cook, 1989).

Dentre os cargos dos atores que aparecem na cobertura da *Gazeta do Povo*, o de maior percentual são os deputados sem cargo, com 59,5%. Porém, ao contrário do que parece, isso não nos autoriza afirmar que a cobertura foi majoritariamente para os deputados com baixo peso institucional, pois, nessa categoria, encontram-se reunidos os 40 parlamentares que não ocupam posição de liderança ou cargo na mesa ou em comissões permanentes. Dividindo o percentual pelo número de deputados sem cargo, temos uma média de aparição de 1,4% do total, o que é menor do que as aparições dos parlamentares que ocupam o cargo de presidente, líder de governo, líder partidário, líder da oposição e presidente de comissão. Portanto, os dados favorecem a tese de que o peso institucional do deputado contribui para a sua visibilidade pública. Já a tese alternativa, embora não excludente, de que os meios de comunicação de massa servem como “atalho” na carreira de parlamentares de pouco peso institucional só pode ser testada por meio da análise de temas ou períodos específicos, focalizando “casos” que possam conferir notoriedade a políticos de menor expressão institucional.

---

<sup>10</sup> A presença dos deputados no jornal não é distribuída de forma homogênea entre os temas tratados pela cobertura da *Gazeta*. Exemplo disso, é o caso do deputado Ângelo Vanhoni, que concentra parte substantiva de sua presença na cobertura da campanha política, em função a sua participação nas eleições municipais de 2000.

TABELA 5 – VOLUME DE APARIÇÃO POR CARGO DO ATOR

		cargo do ator			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Deputado sem cargo	9496	58,0	59,5	59,5
	Presidente da Assembléia	1689	10,3	10,6	70,1
	Legislativo Genérico	1262	7,7	7,9	78,0
	Liderança do governo (na Assembléia)	707	4,3	4,4	82,4
	Liderança partidária (na Assembléia)	581	3,5	3,6	86,0
	Governador	495	3,0	3,1	89,1
	Presidente de Comissão	430	2,6	2,7	91,8
	Secretário do Governo Estadual	362	2,2	2,3	94,1
	Liderança da oposição (na Assembléia)	227	1,4	1,4	95,5
	Executivo Genérico	200	1,2	1,3	96,8
	Relator de Comissão	197	1,2	1,2	98,0
	1º Secretário da Assembléia	93	,6	,6	98,6
	1º Vice-Presidente da Assembléia	64	,4	,4	99,0
	Representante de governo municipal	61	,4	,4	99,4
	Cargo em partido político	32	,2	,2	99,6
	Vice-Presidente de Comissão	27	,2	,2	99,8
	2º Vice-Presidente da Assembléia	14	,1	,1	99,8
	2º Secretário da Assembléia	8	,0	,1	99,9
	5º Secretário da Assembléia	6	,0	,0	99,9
	3º Secretário da Assembléia	4	,0	,0	100,0
4º Secretário da Assembléia	4	,0	,0	100,0	
3º Vice-Presidente da Assembléia	3	,0	,0	100,0	
Total		15962	97,4	100,0	
Missing	System	421	2,6		
Total		16383	100,0		

A cobertura da *Gazeta* foi quase exclusivamente sobre atores estatais, com 98,7% dos atores citados, contra apenas 1,3% de aparições de atores não estatais. Isso não chega a surpreender, considerando o fato de que o foco da pesquisa é a cobertura de uma instituição (ALEP) e de atores (deputados estaduais) estatais. Portanto, a própria delimitação do objeto de pesquisa justifica a concentração de aparições de atores do legislativo estadual, representando 90,9% do total dos atores citados. O segundo segmento mais citado é o Executivo Estadual, com 6,3% das citações. A ausência da sociedade civil organizada na cobertura da *Gazeta do Povo* pode ter dois significados<sup>11</sup>, não, necessariamente excludentes: 1) o isolamento do Legislativo em relação à sociedade paranaense; 2) a cobertura da *Gazeta* privilegia fontes estatais.

<sup>11</sup> Temos também de considerar, mais uma vez, as limitações do nosso banco de dados. Só coletamos informação a respeito da presença de atores da sociedade civil quando a cobertura tratava de assuntos públicos, ou seja, aqueles que, com maior frequência estão associados, de forma mais direta, ao processo decisório.

TABELA 6 – VOLUME DE APARIÇÃO POR SEGMENTO DO ATOR

		segmento do ator			
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Legislativo Estadual	14853	90,7	90,9	90,9
	Executivo Estadual	1030	6,3	6,3	97,2
	Outros	89	,5	,5	97,7
	Executivo Municipal	58	,4	,4	98,1
	Organização dos trabalhadores	51	,3	,3	98,4
	Organização dos empresários	43	,3	,3	98,7
	Funcionalismo estadual	42	,3	,3	98,9
	Partido político	35	,2	,2	99,1
	Judiciário	26	,2	,2	99,3
	Manifestantes	25	,2	,2	99,4
	Organizações da sociedade civil	24	,1	,1	99,6
	Ministério Público	19	,1	,1	99,7
	Tribunal de Contas	15	,1	,1	99,8
	Legislativo Municipal	14	,1	,1	99,9
	Empresa estatal	14	,1	,1	100,0
Instituições religiosas	5	,0	,0	100,0	
	Total	16343	99,8	100,0	
Missing	System	40	,2		
	Total	16383	100,0		

A distribuição de aparição dos deputados por formato de matéria revela o caráter mais democrático<sup>12</sup>, no sentido de uma maior dispersão da visibilidade pública, das reportagens, se comparada com as colunas. Os deputados que, ao longo da 14<sup>a</sup> legislatura, tiveram maior presença na cobertura da *Gazeta*, têm, em comparação com a média dos deputados, uma maior concentração de aparições nas colunas assinadas.

Essa mesma tendência pode ser verificada em relação à visibilidade da sociedade civil organizada na cobertura da *Gazeta*. Enquanto o Legislativo e demais atores estatais<sup>13</sup> concentram as suas aparições na coluna política do jornal (61,5%), os grupos que pertence à sociedade civil aparecem mais nas reportagens (56,7%).

<sup>12</sup> Já havíamos observado essa tendência no nosso estudo a respeito das eleições para prefeito de Curitiba no ano 2000 (Fuks & Cervi 2003).

<sup>13</sup> Com a exceção do Judiciário e do Ministério Público.

TABELA 7 – CRUZAMENTO ENTRE CATEGORIA DO ATOR E FORMATO

			formato					Total
			reportagem	artigo assinado	editorial	nota em coluna assinada	chamada de primeira página	
categoria do ator	estatal	N	6012	22	4	9925	166	16129
		%	37,3%	,1%	,0%	61,5%	1,0%	100,0%
	não-estatal	N	123			88	6	217
		%	56,7%			40,6%	2,8%	100,0%
Total		N	6135	22	4	10013	172	16346
		%	37,5%	,1%	,0%	61,3%	1,1%	100,0%

### 3. AGENDA:

E quanto aos assuntos tratados pela cobertura da *Gazeta*? Eles ocuparam um espaço equivalente ou houve o predomínio de determinados temas?

Com relação aos temas abordados na cobertura feita pelo jornal dos deputados estaduais no período, mais de um terço da cobertura (36,4%) foi constituída pela categoria “público”. Esse é o tema que está associado à agenda das políticas públicas e, portanto, refere-se, de forma mais direta, aos assuntos que são considerados para deliberação no Legislativo. Em segundo lugar ficou o tema político, com 25,7% da cobertura. O tema “político” inclui a campanha eleitoral, reunião partidária e conflito partidário. Depois vem o tema “interno”, que diz respeito à dinâmica da ALEP (formação de comissão, eleição da mesa, etc.), com 19,5%; o tema “relações externas”, que diz respeito á relação entre a Assembléia Legislativa e os demais Poderes, ficou com 13,3% da cobertura e coluna social com 5,1%.

A distribuição temporal desses temas não é homogênea ao longo da legislatura, em especial no caso dos assuntos que se referem ao tema político. Por motivos óbvios, esse tema ganha visibilidade nos períodos eleitorais, oscilando entre 20,5% da cobertura, no início da legislatura, e 42,5% no último semestre da 14ª legislatura. Apenas nesse último período, em que os deputados e a mídia impressa concentram a maior parte de suas energias na campanha eleitoral, o tema político ultrapassa até mesmo os temas referentes às políticas públicas, o qual, em todos os demais semestres, predomina na agenda da mídia.

As áreas da produção legislativa cuja iniciativa é de competência do Executivo têm alto valor de noticiabilidade. Não por acaso, os dois assuntos específicos de política pública que têm maior visibilidade na cobertura da Gazeta são “economia e finanças” (17,7%) e “administração/previdência/funcionalismo” (11,4%). Outros assuntos públicos que receberam destaque ao longo da 14ª legislatura foram “segurança” (8,6%) e “energia” (6,8%), este último em virtude do amplo debate público envolvendo a venda da Copel no ano 2001. Esses quatro assuntos juntos ocupam quase a metade (44,5%) do espaço que a Gazeta dedicou aos assuntos públicos durante a 14ª legislatura da ALEP.

TABELA 8 – TEMAS APRESENTADOS NA COBERTURA

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Valid administração/previdência/funcionalismo	407	11,4	11,4
agricultura	83	2,3	13,7
políticas compensatórias	7	,2	13,9
cultura/lazer/esportes	36	1,0	14,9
educação	83	2,3	17,2
habitação	3	,1	17,3
homenagens	63	1,8	19,0
utilidade pública	22	,6	19,6
economia e finanças	633	17,7	37,3
justiça e cidadania	84	2,3	39,6
meio ambiente	49	1,4	41,0
saúde	26	,7	41,7
políticas para segmentos específicos	26	,7	42,5
segurança	310	8,6	51,1
sistema político	10	,3	51,4
trabalho e emprego	6	,2	51,6
transportes, obras e infra-estrutura	133	3,7	55,3
energia	243	6,8	62,1
política urbana	20	,6	62,6
cardápio	92	2,6	65,2
orçamento	158	4,4	69,6
outro	1090	30,4	100,0
Total	3584	100,0	

Merece destaque o tema “coluna social” apresentar uma concentração grande nos formatos artigo assinado e editorial, com 30% e 25% respectivamente, enquanto a média geral de aparição desse tema ficou em 5,1%. O tema político apresenta uma distribuição muito próxima da média geral na maior parte dos formatos, exceto em

chamada de primeira página, onde cai para menos da metade da média geral. O tema público apresenta uma concentração maior de “chamada de primeira página”, artigo assinado e reportagem, apresentando valores percentuais abaixo da média geral nos formatos editorial e notas em coluna assinada.

Na cobertura dos deputados estaduais, há um certo equilíbrio entre os temas “político” (25,4%), “interno” (24,7%) e “público” (32,9%). Já a cobertura dos segmentos estatais que interagem com o Legislativo está concentrada no tema “relações externas”. Essa cobertura retrata, de um lado, o “controle vertical” exercido pelo Tribunal de Contas e o Ministério Público sobre o Legislativo e, de outro, a intensa interação entre o Legislativo e o Executivo (que corresponde à metade da cobertura que tem como tema “relações externas”) tendo em vista a produção legislativa.

Conforme esperado, os atores da sociedade civil estão mais presentes na cobertura que se refere a temas públicos. Nenhum deles tem menos do que 58,8% de sua cobertura (no caso, os trabalhadores) no tema público, enquanto que o ator estatal que mais concentra a sua cobertura no tema público<sup>14</sup> (o Legislativo Municipal), não ultrapassa 50%.

TABELA 9 – CRUZAMENTO ENTRE CATEGORIA DO ATOR E TEMA GERAL

	tema geral					Total		
	coluna social	político	interno	relações externas	público			
categoria do ator	estatal	Count	678	3840	3895	2232	5484	16129
		% within categoria do ator	4,2%	23,8%	24,1%	13,8%	34,0%	100,0%
	não-estatal	Count	8	6	28	32	143	217
		% within categoria do ator	3,7%	2,8%	12,9%	14,7%	65,9%	100,0%
Total		Count	686	3846	3923	2264	5627	16346
		% within categoria do ator	4,2%	23,5%	24,0%	13,9%	34,4%	100,0%

A distribuição da visibilidade dos deputados em torno dos temas gerais da cobertura em função da posse de cargo não nos surpreende. Há uma clara concentração da visibilidade dos membros da mesa diretora da ALEP (com exceção do presidente) nos assuntos internos. Também conforme esperado, o “presidente de comissão” aparece, predominantemente, no tema “público”. Já presença das

<sup>14</sup> Não estou considerando aqui a “empresa estatal”, pois, além do número reduzido de casos, ela não entra na cobertura como ator político.

lideranças políticas e da presidência da ALEP, na cobertura da *Gazeta*, é mais difusa, sendo distribuída, de forma homogênea, entre os temas político, interno e público.

TABELA 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS POR CARGO DO ATOR

			tema geral					Total
			coluna social	político	interno	relações externas	público	
cargos do ator	Deputado sem cargo	N	410	2910	2311	1068	2797	9496
		%	4,3%	30,6%	24,3%	11,2%	29,5%	100,0%
	Presidente da Assembléia	N	101	309	436	263	580	1689
		%	6,0%	18,3%	25,8%	15,6%	34,3%	100,0%
	1º Vice-Presidente da Assembléia	N	2	10	33	7	12	64
		%	3,1%	15,6%	51,6%	10,9%	18,8%	100,0%
	2º Vice-Presidente da Assembléia	N	2		9	2	1	14
		%	14,3%		64,3%	14,3%	7,1%	100,0%
	3º Vice-Presidente da Assembléia	N			3			3
		%			100,0%			100,0%
	1º Secretário da Assembléia	N	9	11	36	14	23	93
		%	9,7%	11,8%	38,7%	15,1%	24,7%	100,0%
	2º Secretário da Assembléia	N	1	1	6			8
		%	12,5%	12,5%	75,0%			100,0%
	3º Secretário da Assembléia	N	1		2	1		4
		%	25,0%		50,0%	25,0%		100,0%
	4º Secretário da Assembléia	N		1	2	1		4
		%		25,0%	50,0%	25,0%		100,0%
	5º Secretário da Assembléia	N			5		1	6
		%			83,3%		16,7%	100,0%
	Presidente de Comissão	N	7	5	104	43	271	430
		%	1,6%	1,2%	24,2%	10,0%	63,0%	100,0%
	Vice-Presidente de Comissão	N			14		13	27
		%			51,9%		48,1%	100,0%
	Relator de Comissão	N	5	2	49	19	122	197
		%	2,5%	1,0%	24,9%	9,6%	61,9%	100,0%
	Liderança partidária (na Assembléia)	N	21	179	137	95	149	581
		%	3,6%	30,8%	23,6%	16,4%	25,6%	100,0%
	Liderança do governo (na Assembléia)	N	25	103	170	139	270	707
		%	3,5%	14,6%	24,0%	19,7%	38,2%	100,0%
	Liderança da oposição (na Assembléia)	N	2	25	78	39	83	227
		%	,9%	11,0%	34,4%	17,2%	36,6%	100,0%
	Governador	N	21	39	101	137	197	495
		%	4,2%	7,9%	20,4%	27,7%	39,8%	100,0%
	Secretário do Governo Estadual	N	6	9	58	107	182	362
		%	1,7%	2,5%	16,0%	29,6%	50,3%	100,0%
	Cargo em partido político	N	2	2	8	4	16	32
		%	6,3%	6,3%	25,0%	12,5%	50,0%	100,0%
	Representante de governo municipal	N	1	9	8	17	26	61

	%	1,6%	14,8%	13,1%	27,9%	42,6%	100,0%
Legislativo Genérico	N	53	210	273	192	534	1262
	%	4,2%	16,6%	21,6%	15,2%	42,3%	100,0%
Executivo Genérico	N	4	1	34	49	112	200
	%	2,0%	,5%	17,0%	24,5%	56,0%	100,0%
Total	N	673	3826	3877	2197	5389	15962
	%	4,2%	24,0%	24,3%	13,8%	33,8%	100,0%

Em contraste com os atores estatais, a presença dos atores não-estatais na cobertura da 14<sup>a</sup> legislatura deve-se, em grande medida, às matérias que se referem ao processo decisório. Isso corresponde a presença desses atores no tema público, assim como a sua ausência na cobertura que se refere a temas que, embora sejam decisivos para o seu desdobramento, não fazem parte do processo decisório em si, como é o caso dos temas “relações externas”, “interno” e “político”.

TABELA 11 – TIPO DE COBERTURA POR CATEGORIA DO ATOR

			categoria do ator		Total
			estatal	não-estatal	
processo decisório	refere-se a processo decisório	N	3096	86	3182
		%	19,2%	39,6%	19,5%
	não se refere a processo decisório	N	13028	131	13159
		%	80,8%	60,4%	80,5%
Total		N	16124	217	16341
		%	100,0%	100,0%	100,0%

#### 4. QUALIDADE DA COBERTURA

O que estamos chamando aqui de “qualidade da cobertura” refere-se à análise das variáveis avaliam se a matéria refere-se ao processo decisório, se ela retrata um contexto de controvérsia, se ela é mais ou menos abrangente em termos do universo de atores citados e se ela “tematiza” ou não os assuntos abordados. Seguindo a linha de argumento iniciada na seção anterior, que indica uma diferença substantiva entre as matérias opinativas e aquelas de cunho mais descritivo, analisamos como cada uma dessas variáveis se comporta em função do formato das matérias.



Quanto à relação entre a cobertura e a produção legislativa, buscamos saber se as matérias se referiam ou não a processo decisório. Do total, 83,8% das entradas não cobrem o processo decisório, contra apenas 16,2% que tratam de temas que estavam sendo deliberados na ALEP.

Mesmo no caso das matérias que tratam de tema “público”, apenas 33% referem-se ao processo decisório. Portanto, embora, como veremos adiante, a nossa análise da cobertura da *Gazeta* aponte uma presença significativa de tópicos substantivos, ela também revela que, nesses casos, não há sempre uma relação direta com uma das principais atividades dos parlamentares: a produção legislativa (Douglas, 2004).

**TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DO TEMA “ASSUNTO PÚBLICO” POR TIPO DE COBERTURA**

	freqüência	Percentual válido	Percentual Cumulativo
não se refere a processo decisório	3774	66,9	66,9
refere-se a processo decisório	1866	33,1	100,0
Total	5640	100,0	

O formato que, proporcionalmente, mais se refere a processo decisório é a chamada de primeira página, com 30,3% do total de entradas. A reportagem e artigo assinado também apresentam uma média de entradas que se referem a processos decisórios maior que a média geral, que é de 16,2%. Já em editorial nunca aparece referência a processo decisório e em nota em coluna assinada o percentual fica abaixo da média geral.

TABELA 13 – FORMATO DA ENTRADA POR TIPO DE COBERTURA

	PROC_DEC		Total
	refere-se a processo decisório	não se refere a processo decisório	
FORMATO reportagem	539 23,0%	1808 77,0%	2347 100,0%
artigo assinado	4 20,0%	16 80,0%	20 100,0%
editorial		4 100,0%	4 100,0%
nota em coluna assinada	1009 13,8%	6323 86,2%	7332 100,0%
chamada de primeira página	44 30,3%	101 69,7%	145 100,0%
Total	1596 16,2%	8252 83,8%	9848 100,0%

O “enquadramento da mídia” (Porto, 2004) pode ser episódico, quando fica restrito à factualidade, enfocando eventos específicos ou casos particulares (Iyengar, 1994); temático, quando situa um tema ou evento num contexto mais amplo, explorando as causas, responsabilidades e soluções para questões públicas em debate; ou personalista, quando privilegia a personalidade dos atores que estão envolvidos nos acontecimentos que fazem parte da cobertura do jornal. Considerando apenas as reportagens, a cobertura da Gazeta do Povo sobre a ALEP foi quase totalmente episódica, com 96,9% do total. O enquadramento temático ficou com 2,5% do total e o personalista com apenas 0,6% do total de reportagens.

Quando analisamos o enquadramento por formato de matéria, surpreende o fato de que as matérias opinativas, em especial o editorial e a coluna, praticamente não assumirem um enquadramento “temático”. Era de se esperar que esse fosse o espaço reservado no jornal para um tratamento mais elaborado dos assuntos em questão. Embora com maior presença de matérias temáticas, o artigo assinado não pode ser tomado como evidência contrária, tanto em função do pequeno número de casos, como pela predominância do enquadramento “personalista”.

Isso coloca um problema para a abordagem que supõe ser a matéria opinativa o canal de discussão e posicionamento sobre as políticas públicas em consideração e que, portanto, é o formato de matéria que melhor possibilita ao cidadão avaliar o trabalho do seu representante no legislativo (Douglas).

TABELA 14 – FORMATO DA ENTRADA POR TIPO DE ENQUADRAMENTO

			ENQUADRAMENTO			Total
			Episódico	temático	Personalista	
FORMATO	reportagem	N	2275	58	14	2347
		%	96,9%	2,5%	,6%	100,0%
	artigo assinado	N	14	2	4	20
		%	70,0%	10,0%	20,0%	100,0%
	editorial	N	4			4
		%	100,0%			100,0%
	nota em coluna assinada	N	7243	69	20	7332
		%	98,8%	,9%	,3%	100,0%
	chamada de primeira página	N	144	1		145
		%	99,3%	,7%		100,0%
Total		N	9680	130	38	9848
		%	98,3%	1,3%	,4%	100,0%

A indicação da existência ou não de controvérsia na cobertura mostra se a matéria retrata conflitos, em especial quando se trata de tema público. Na grande maioria das entradas, 79,7%, não houve controvérsia, contra apenas 20,3% envolvendo controvérsia. Mas, isso não indica, necessariamente, um viés não-conflitivo da cobertura<sup>15</sup>. Parece, antes, expressar o fato de que parte significativa da cobertura não se refere ao processo decisório ou a temas públicos.

TAB. 15 – FORMATO DA ENTRADA POR EXISTÊNCIA DE CONTROVÉRSIA

		CONTROVE		Total
		há controvérsia	não há controvérsia	
FORMATO	reportagem	723	1624	2347
		30,8%	69,2%	100,0%
	artigo assinado	4	16	20
		20,0%	80,0%	100,0%
	editorial		4	4
			100,0%	100,0%
	nota em coluna assinada	1241	6091	7332
		16,9%	83,1%	100,0%
	chamada de primeira página	33	112	145
		22,8%	77,2%	100,0%
Total		2001	7847	9848
		20,3%	79,7%	100,0%

<sup>15</sup> Um caminho interessante para lidar com o viés da cobertura em relação a esse aspecto, seria a comparação com a legislatura anterior, que foi bem menos conflitiva, especialmente na relação entre o Executivo e o Legislativo.

O cruzamento entre formato de entrada e a existência controvérsia é o que apresenta um dos maiores percentuais de correlação linear, ficando em 13,8%. O formato opinativo (artigo assinado, editorial e nota em coluna assinada) apresenta os maiores percentuais de entradas em que não há controvérsia – ficando acima da média geral. Já os textos informativos (reportagens e chamada de primeira página) apresentam os maiores percentuais de entradas em que há controvérsia.

No que diz respeito à abrangência da matéria, percebe-se que 95% do total da cobertura é restrita, referindo-se apenas a atores estatais, contra apenas 5% de cobertura ampliada, envolvendo atores da sociedade civil. A variável “abrangência” é a que apresenta maior correlação com o formato da matéria abrangência, com 19,1% de relação linear. Aqui, mais uma vez, os formatos eminentemente informativos de destacam dos formatos opinativos e interpretativos. Enquanto, na abrangência ampliada, há um predomínio das reportagens e chamadas de primeira página; na abrangência restrita ganham destaque os formatos artigo assinado, editorial, com 100% das entradas, e nota em coluna assinada, todos acima de 95%, que é a média geral de entradas restritas.

TAB.16 – ABRANGÊNCIA DA COBERTURA POR FORMATO DA ENTRADA

FORMATO	ABRANGEN		Total
	restrito	ampliado	
reportagem	2042 87,1%	302 12,9%	2344 100,0%
artigo assinado	19 95,0%	1 5,0%	20 100,0%
editorial	4 100,0%		4 100,0%
nota em coluna assinada	7140 97,6%	178 2,4%	7318 100,0%
chamada de primeira página	133 92,4%	11 7,6%	144 100,0%
Total	9338 95,0%	492 5,0%	9830 100,0%

Percebe-se, aqui, um padrão: é a reportagem que, com maior freqüência, lida, de forma mais direta, com o processo decisório, que cobre os temas de política pública, que retrata um contexto de conflito, que cita atores não-estatais e que confere visibilidade mais difusa aos deputados que atuaram na 14ª legislatura. As matérias

opinativas frustram, inclusive, a expectativa de que fossem mais temáticas do que episódicas ou personalistas em seu enquadramento, não oferecendo, ao leitor, a oportunidade acompanhar as linhas do debate público.

Portanto, além de apontar o caráter mais democrático das reportagens, a nossa análise também indica que a reportagem se constitui no período investigado como principal canal de informação a respeito de uma das principais atividades dos representantes, a produção legislativa e das posições em disputa.

TABELA 17 – TEMA DA COBERTURA POR FORMATO DA ENTRADA

FORMATO	T_GERAL					Total
	coluna social	político	interno	relações externas	público	
reportagem	64 2,7%	513 21,9%	383 16,3%	322 13,7%	1065 45,4%	2347 100,0%
artigo assinado	6 30,0%	3 15,0%	3 15,0%		8 40,0%	20 100,0%
editorial	1 25,0%	1 25,0%	1 25,0%		1 25,0%	4 100,0%
nota em coluna assinada	420 5,7%	2001 27,3%	1510 20,6%	965 13,2%	2436 33,2%	7332 100,0%
chamada de primeira página	7 4,8%	14 9,7%	25 17,2%	25 17,2%	74 51,0%	145 100,0%
Total	498 5,1%	2532 25,7%	1922 19,5%	1312 13,3%	3584 36,4%	9848 100,0%

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise da cobertura dos deputados estaduais e da Assembléia Legislativa do Paraná realizada pela *A Gazeta do Povo* revelou que o jornal, possivelmente seguindo um padrão nacional, não vem demonstrando muito interesse pela política, especialmente em períodos não-eleitorais. Embora não dispomos de meios para comparar a cobertura política com a cobertura de outros assuntos, o volume correspondente a, aproximadamente, um quarto de página por dia de cobertura do Legislativo estadual não pode ser considerado, sob qualquer critério, substantivo, especialmente considerando que parte significativa desse material provém de coluna diária dedicada à política.

Esse espaço limitado dedicado á política estadual não é distribuído de forma homogênea entre os deputados estaduais, sendo a sua visibilidade associada, em

grande medida, a posição que ele ocupa na Assembléia. Assim como no caso dos parlamentares, os temas também não têm recebido tratamento homogêneo por parte da mídia impressa. Nesse caso, a predominância de certos temas tem favorecido uma agenda mais substantiva, com ênfase nos assuntos associados à produção legislativa, embora ela nem sempre se refira, diretamente, ao processo decisório.

Na 14ª legislatura, a cobertura da *Gazeta*, em grande medida, foi restrita em termos do universo dos atores citados, privilegiando atores estatais. Além disso, em geral, ela não expressou controvérsia pública e assumiu um enquadramento episódico. No seu conjunto, esse quadro não indica um tratamento limitado do processo decisório, sem situá-lo num contexto mais amplo. Mas, devemos, no entanto, considerar que parte significativa da cobertura da *Gazeta*, ao se referir ao comportamento parlamentar e à ALEP, trata de processos e eventos distintos do próprio processo decisório.

O que é mais relevante, de acordo com a nossa análise, é a diferença da cobertura em função do formato da matéria. Em relação a esse aspecto, a reportagem dispensou um tratamento mais igualitário entre os atores (tanto entre os deputados como entre os atores estatais e os atores não-estatais) do que as colunas assinadas. Além disso, as reportagens se constituíram como espaço mais propenso a registrar controvérsias e a lidar com os assuntos públicos.

Essas diferenças entre as reportagens e colunas assinadas colocam a seguinte questão: será que, no caso da cobertura da 14ª legislatura da ALEP realizada pela *Gazeta*, se aplica a idéia de que as matérias opinativas são, necessariamente e por sua própria natureza, aquelas que vão gerar a dimensão qualitativa de um “ambiente informacional” (Douglas, 2004) em sintonia com uma experiência democrática mais plena?

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. (Org.) (2003). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas.

CHAIA, Vera (2000), “A imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo (1989-1996)”. Mimeo.

COOK, Timothy (1989), *Making Laws and Making News: Media Strategies in the U.S House of Representatives*. Washington D.C.: The Brookings Institution.

DOUGLAS, Arnold (2004), *Congress, the Press, and Political accountability*. New jersey: Princeton University Press.

CERVI, Emerson Urizzi (2003), "A Cobertura da imprensa e as eleições presidenciais de 2002". [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).

IYENGAR, Shanto (1994), *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*. University of Chicago Press.

JORGE, Vladimyr Lombardo (2003), A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985-1990. *Estudos Históricos*, n. 31: 64-82.

FUKS, Mario & CERVI, Emerson (2003), *A cobertura da mídia impressa nas eleições municipais de Curitiba 2000*. In: Carvalho, Rejane Vasconcelos Accioly de. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas.

PORTO, Mauro (2004), Enquadramento da mídia e política. In: Rubim, Antonio Albino Canelas (org.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba.